

A Greve como Instrumento da Política Salarial dos Sindicatos

O Caso Argentino

LUISA MONTUSCHI

1. Negociações salariais e greve: característica e manifestações

A greve, definida como a recusa coletiva de um conjunto de trabalhadores a continuar trabalhando sob os termos e condições trabalhistas vigentes, constitui uma das características peculiares e inevitáveis do mercado de trabalho. A mesma esteve presente nas épocas de luta pelo reconhecimento sindical e continua estando com sindicatos já reconhecidos e institucionalizados, que atuam em mercados caracterizados pela livre negociação coletiva. É justamente a negociação coletiva a característica essencial dos mercados trabalhistas modernos. Tem-se assinalado⁽¹⁾ que a greve constitui a continuação das negociações com métodos diferentes e também tem-se dito que o fato de que sua ocorrência seja possível é a condição prévia e necessária de toda negociação coletiva livre. A greve constitui, talvez, a mais importante fonte de poder do sindicato, já que é o instrumento através do qual se efetivam as

sanções que constituem a base de tal poder.⁽²⁾ Chega-se à greve quando os meios fornecidos pela negociação demonstram-se insuficientes ou inadequados para a solução do conflito entre as partes intervenientes. Neste sentido, a greve pode exercer uma importante função como instrumento para se conseguir alterações na estrutura da negociação, ou nas relações entre negociadores principais e dirigentes dos sindicatos ou empresas ou, em outra instância, alterações nas políticas governamentais.⁽³⁾ Sem dúvida, o tipo de greve que se apresenta com maior frequência é aquele que pretende alterar uma posição sustentada pela parte contrária na negociação, sem que se pretenda alterar a própria estrutura da negociação. Quando é este o objetivo da greve, o sindicato pretende

(1) Cf. Reynolds, L.G. (1964).

(2) Cf. Montuschi, L., (1979).

(3) Cf. Dunlop, J.T., (1971).

Agradeço os interessantes comentários formulados por um anônimo com referência à revisão de uma versão preliminar. Os possíveis erros são de minha exclusiva responsabilidade.

pressionar o empregador para que ceda aos termos por ele propostos. O objeto do conflito poderá referir-se a salários, a estruturas de remuneração, aos cálculos e privilégios por antigüidade, a diferenciais de salários entre categorias, a ajustes por mudanças tecnológicas, a fechamentos de fábricas, a composição de tribunais arbitradores etc. Sem dúvida, a questão salarial desempenha sempre um papel fundamental na negociação coletiva e, por essa razão, está na raiz de muitas greves. Neste sentido, a greve deve ser considerada como um instrumento válido da política salarial dos sindicatos.

Em um processo de negociação salarial, com avaliação neutra do risco por ambas as partes, tanto o sindicato como o empregador realizarão estimativas do custo do acordo e do custo do desacordo, derivados da aceitação ou recusa de uma conciliação com a parte contrária.⁽⁴⁾ Cada parte estará disposta a enfrentar uma suspensão de atividades se, para a categoria possível de taxas salariais, estimar que o custo do acordo supera o custo do desacordo. Estará, em troca, disposta ao acordo para a categoria de taxas salariais para a qual estime que o custo do desacordo supera aquele do acordo. Se a esta categoria denomina-se categoria de negociação, a greve produzir-se-á quando não houver coincidência alguma entre a categoria de negociação do sindicato e a categoria de negociação do empregador. De acordo com esta análise, alguns autores quiseram ver a greve como um meio utilizado pelo sindicato para impor o custo do desacordo ao empregador. A ocorrência efetiva da greve incrementa os custos do desacordo para cada nível salarial negociável. Isto dever-se-á, em parte, ao fato de que os custos que antes eram meras estimativas tornam-se reais e, em parte, ao surgimento de uma visão pessimista com relação ao curso futuro dos acontecimentos. Este incremento dos custos do desacordo ampliará a categoria de negociação de cada parte e, eventualmente, em algum momento poderá produzir-se a coincidência que permita finalmente o

acordo salarial entre as partes.⁽⁵⁾

Uma greve vitoriosa sempre conseguirá um acordo com relação à taxa salarial superior à taxa máxima que o empregador estava disposto a oferecer antes que se iniciasse o movimento de força. A greve consistiria, assim, em um instrumento decisório do processo de negociação coletiva. Um uso adequado de tal instrumento implicaria a obtenção de resultados não alcançados de outro modo.

2. Evolução da atividade grevista

Ao longo deste século, a atividade grevista parece ter decrescido gradativamente em todos os países do mundo nos quais foi possível o desenvolvimento de movimentos trabalhistas livres.⁽⁶⁾ Também foram se modificando o caráter e as motivações das greves. Em alguns países do norte da Europa, as greves tornaram-se tão pouco freqüentes que já não desempenham papel significativo no desenvolvimento das relações industriais. Em outros países, parece haver-se produzido um deslocamento das motivações grevistas das questões de salários e condições trabalhistas para objetivos de caráter mais político.⁽⁷⁾

Na Argentina, é para o período de 1950-1965 que se pode falar de um mercado de trabalho livre, com vigência da negociação coletiva para a fixação dos salários e das demais condições trabalhistas. Neste lapso, a atividade grevista evoluiu de acordo com o indicado no Quadro nº. 1. Se se tomam como indicadores de tal atividade a proporção de jornadas potenciais de trabalho perdidas (x) e as jornadas perdidas por trabalhador ocupado (y), pode-se observar que durante o período assinalado as tendências para ambas as variáveis são crescentes.

$$x = 0,016 t \quad s^2_{x \cdot t} = 0,105$$

$$y = 0,430 + 0,005 t \quad s^2_{y \cdot t} = 0,399$$

(4) Cf. Chamberlain, N.W., (1955).

(5) Cf. Cartter, A.M. e Marshall, F.R., (1967).

(6) Cf. Ross, A.M. e Hartmann, P.T., (1960).

(7) Cf. Knowles, K.G.J.C., (1952).

QUADRO 1
Evolução da Atividade Grevista

Nº de casos	Nº de trabalhadores envolvidos (milhares)	Jornadas Perdidas (milhares)	Duração média (dias)	Propensão ao conflito (1) (%)	Incidência Jornadas Perdidas (2) (%)	Jornadas perdidas por trabalhador ocupado
1950	97,0	2 031,8	21	2,4	0,2	0,5
1951	16,3	152,2	9	0,4	*	*
1952	15,8	313,3	20	0,4	*	0,1
1953	5,5	59,3	11	0,1	*	*
1954	119,7	1 449,5	12	2,9	0,1	0,3
1955	12,0	144,1	12	0,3	*	*
1956	854,0	5.167,3	6	19,6	0,5	1,2
1957	304,2	3 390,5	11	6,7	0,3	0,7
1958	277,4	6 245,3	22	6,0	0,5	1,3
1959	1 411,1	10 078,1	7	30,8	0,9	2,2
1960	130,0	1 661,5	13	3,8	0,1	0,4
1961	236,5	1 755,2	7	6,0	0,1	0,4
1962	42,4	268,7	6	1,9	*	0,1
1963	207,2	812,4	4	5,6	0,1	0,2
1964	144,2	636,3	4	4,1	*	0,1
1965	203,6	590,5	3	4,2	*	0,1

Obs.: (*) Indica que o valor correspondente não alcança o menor dos dígitos considerados.

(1) Proporção de trabalhadores envolvidos com relação ao total de trabalhadores ocupados (com exclusão dos setores Agrícola e Mineração).

(2) Relativo a 242 jornadas potenciais por trabalhador ocupado.

Fonte: Ministério do Trabalho. *Conflitos de Trabalho*. Buenos Aires, 1961, 1965, 1966, 1967
B.C.R.A., *Sistema de Contas do Produto e Receita da Argentina*, Buenos Aires, 1975.

Este resultado estaria indicando um aparente incremento da atividade grevista com relação aos primeiros anos do período. Se se tem em conta que no mesmo período as taxas de salário real de ajuste mostram, com poucas exceções, uma tendência decrescente⁽⁸⁾, apresenta-se a tentação imediata de associar ambos os fenômenos e atribuir o incremento no número de conflitos à queda dos salários reais. Não obstante, é necessário ter em conta que os anos de 1956-1959 foram muito particulares sob o ponto de vista do clima político, social e econômico, com alterações sucessivas de governos e de orientações em política econômica, e que foi justamente nestes anos que se concentrou a maior atividade grevista, que apresenta seu pico no ano de 1959. O argumento da queda do salário real só se apresentaria aplicável aos anos de 1957 e 1959 e, portanto, fica delineada a primeira dúvida com relação às reais motivações das greves. Excluindo esses anos questionáveis, as tendências da atividade grevista mostram-se como segue:

$$x = 0,082 - 0,005 t \quad s^2_{x.t} = 0,005$$

$$y = 0,220 - 0,006 t \quad s^2_{y.t} = 0,033$$

Estes resultados estariam já assinalando um padrão de comportamento mais de acordo com o acontecido em países que contam com movimentos operários livres e organizados.

3. A greve como instrumento da política salarial dos sindicatos argentinos

Com o propósito de determinar em que medida e com que resultados a greve foi utilizada como instrumento da política salarial dos sindicatos, é necessário conhecer quais foram as causas registradas dos movi-

mentos de força. Tal informação, que está disponível a partir do ano de 1957, aparece no Quadro nº. 2. Com exceção dos anos de 1962 e 1965⁽⁹⁾, entre 90 e 95% dos casos de greve tiveram origem em demandas por melhorias econômicas. A mesma causa aparece mencionada para uma percentagem variável de 70 a 90% dos casos de paralisação. De acordo com esses dados, poder-se-ia inferir que realmente a greve foi utilizada pelos sindicatos argentinos como instrumento de sua política salarial.

Não obstante, convém lembrar que muito poucas vezes as causas reais de um movimento de força são as que aparecem nos registros oficiais e que toda classificação das greves por sua causa principal aparece como subjetiva e questionável. Knowles⁽¹⁰⁾ sugere distinguir entre as causas "imediatas" as causas "condicionantes" e as causas "subjacentes" das greves. As causas "imediatas" parecem ser as mais duvidosas quanto a seu poder explicativo e são, justamente, as que aparecem registradas nas estatísticas oficiais. As causas "subjacentes" são mais difíceis de determinar, pois só em casos excepcionais as mesmas se tornam explícitas. Neste sentido, tem-se assinalado um conjunto de fatores que, ao contribuir para o crescente anonimato e impessoalidade do trabalhador, criam um clima trabalhista de desassossego, que se manifestaria tão logo resultasse factível dispor de uma das motivações "imediatas"

Neste trabalho pretende-se examinar a hipótese de se a greve constituiu realmente um instrumento da política salarial dos sindicatos. Quando a mesma é definida como instrumento, entende-se que deva ser um instrumento vitorioso. O que equivale dizer que através da greve se alcançassem resultados que não teriam sido alcançados sem ela. Se este objetivo não se cumpre, pode suceder que o instrumento não tenha sido utilizado

(8) As exceções correspondem à taxa salarial da categoria "peão" dos setores "Alimentos", "Imprensa e Publicação", "Couro", "Produtos Químicos" e "Maquinaria e Veículos"

(9) Nestes anos, uma importante proporção dos casos de greve teve origem em reivindicações salariais.

(10) Cf. Knowles K.G.J.C., (1952).

QUADRO 2
Causas dos Conflitos Trabalhistas

	<i>Jornadas perdidas classificadas em função da causa da greve (%)</i>			<i>Jornadas perdidas classificadas em função da causa da paralisação (%)</i>			
	<i>Total</i>	<i>Melhorias econômicas</i>	<i>Dispensas e suspensões</i>	<i>Total</i>	<i>Melhorias econômicas</i>	<i>Dispensas e suspensões</i>	<i>Outras</i>
1957	100,0	84,7	1,0	100,0	85,1	1,3	13,6
1958	100,0	89,2	0,4	100,0	65,7	2,6	31,7
1959	100,0	98,3	0,2	100,0	86,6	3,6	9,8
1960	100,0	93,8	5,4	100,0	77,0	5,1	17,9
1961	100,0	95,7	0,2	100,0	73,3	0,8	25,9
1962	100,0	36,7	2,6	100,0	72,3	0,1	27,6
1963	100,0	95,4	1,4	100,0	93,2	1,2	5,6
1964	100,0	96,5	3,0	100,0	89,2	8,1	2,7
1965	100,0	77,7	0,8	100,0	74,2	3,2	22,6

Fonte: Ministério do Trabalho. *Conflitos de Trabalho, 1961, 1965, 1966, 1967*

de maneira adequada ou que, na realidade, ao utilizá-lo, os objetivos subjacentes hajam diferido do objetivo salarial. Isto configuraria duas situações distintas para uma mesma conclusão: a greve não foi um instrumento da política salarial dos sindicatos.

4. O marco institucional e as políticas econômicas do período

A interpretação dos resultados do estudo requer uma referência às circunstâncias, muito particulares, pelas quais passou a Argentina naqueles anos, às políticas econômicas constantemente diferentes que foram implementadas e às relações pouco harmoniosas do sindicalismo com os sucessivos governos.

O período analisado é o que se segue à derrocada do governo do General Juan Domingo Perón, em setembro de 1955, e que se caracteriza pela instabilidade institucional, pelas contínuas oscilações em matéria de legislação trabalhista e pelas atitudes instáveis dos poderes públicos com relação às organizações sindicais. Durante todo o período, com a possível exceção dos primeiros anos do governo do Dr. Arturo Frondizi, eleito em fevereiro de 1958, a ação do governo esteve orientada no sentido de conseguir uma despolitização do movimento operário que, ao contrário, politizava-se cada vez mais. Com o Partido Peronista proscrito, um setor majoritário da população encontra nos sindicatos o único canal para se expressar politicamente. Somente uma ótica política pode fornecer a chave para interpretar as motivações, de outro modo aparentemente irracionais, de muitas das ações levadas a efeito pelo movimento operário organizado.

Assim, em um período no qual o movimento operário adquire uma autêntica dimensão sindical, com dirigentes que realmente representam a vontade das bases e não os interesses do Governo, o propósito unificador das reivindicações gremiais vê-se frustrado e passa para segundo plano para ser substituído por objetivos de cunho político. Os sindicatos se defrontam, com sorte

diversa, com os sucessivos governos, entretanto no plano econômico, debilitada sua ação pelo conseqüente desgaste, não conseguem ver materializadas suas aspirações. As estratégias seguidas, desenhadas em função do objetivo político, não são adequadas aos interesses assalariados. Frequentemente as reivindicações são extemporâneas e não levam em conta a conjuntura econômica. Na realidade, constituem uma canalização do protesto diante da política econômica e social do governo e dificilmente podem ser satisfeitas em períodos de recessão econômica.

As apreciações anteriores são corroboradas por resultados de um estudo realizado com relação ao exercício do poder econômico por parte dos sindicatos, que indicam que no período de 1955-1966, apesar de existirem as condições necessárias para tal exercício, o mesmo não se concretizou devido à substituição, ao menos parcial, do objetivo de luta por melhorias nas condições da vida trabalhista por objetivos de cunho político.⁽¹¹⁾

Da análise do comportamento das variáveis econômicas surge o fato que, entre 1950 e 1965, o PIB cresceu a uma taxa média anual cumulativa de 3,4% e que entre 1955 e 1965 tal taxa foi equivalente a 3,7% anual. Por seu lado e para ambos os períodos, o consumo total cresceu a uma taxa de 2,8% anual cumulativa. Em 1965, o produto *per capita* havia crescido em 22,4% com relação aos níveis de 1955 e o consumo privado *per capita* em 14,3%.⁽¹²⁾ Este comportamento não foi homogêneo ao longo de todos os anos considerados, já que os anos de 1959, 1962 e 1963 foram anos de recessão, o que afetou seriamente a situação do setor assalariado como pode ser visto nos Quadros nºs 3, 4 e 5. Uma breve síntese das políticas econômicas seguidas no período e das políticas salariais de tipo geral impostas às convenções coletivas, faz-se necessária para uma compreensão adequada do sucedido.

(11) Cf. Montuschi, L., (1979).

(12) Cf. Banco Central da República Argentina, (1975).

QUADRO 3
Emprego nos Ramos da Indústria Manufatureira
(milhares)

Ano	Total	Alimentos e bebidas	Tabaco	Têxteis	Confeções e calçados	Madeira e cortiça	Papel e papelaço	Imprensa e editoração	Couro e pele
1950	1 415,2	290,8	10,6	179,2	109,3	52,3	18,8	41,0	16,2
1951	1 445,3	291,1	10,9	184,2	106,1	52,1	20,0	38,7	16,4
1952	1 396,5	290,6	11,2	173,9	97,6	45,2	19,5	39,0	15,0
1953	1 337,7	271,9	11,6	158,9	91,6	41,1	18,9	38,1	14,4
1954	1 389,1	287,6	11,5	164,4	94,0	40,5	19,9	39,0	14,6
1955	1 459,5	296,5	11,2	164,4	98,4	41,7	21,0	41,6	14,4
1956	1 507,1	302,2	10,6	165,8	94,4	42,6	22,8	43,8	14,7
1957	1 555,6	307,4	9,3	164,2	96,5	44,0	24,2	45,4	14,9
1958	1 582,2	322,6	8,1	160,8	92,5	42,8	25,2	41,6	15,0
1959	1 565,4	309,5	8,1	163,1	88,6	41,3	25,7	41,2	13,8
1960	1 506,1	286,5	7,6	153,7	85,7	38,6	24,2	40,6	12,4
1961	1 516,0	282,4	7,6	163,9	86,3	36,5	24,4	41,8	11,4
1962	1 408,9	277,5	7,8	140,4	80,9	35,0	23,2	40,5	10,4
1963	1 322,4	277,0	8,1	123,0	70,4	32,0	22,1	37,6	9,6
1964	1 458,4	268,5	7,9	153,0	73,4	37,8	22,5	45,2	10,7
1965	1 544,0	271,6	7,8	175,3	76,7	39,7	24,4	52,5	11,5

(continua)

QUADRO 3 (continuação)
Emprego nos Ramos da Indústria Manufatureira
(milhares)

Ano	Borracha	Produtos químicos	Derivados de petróleo	Minerais não metálicos	Metais	Maquinário e veículos	Maquinário e equip. elétricos
1950	13,4	53,5	7,7	86,5	135,0	168,4	26,6
1951	15,7	57,7	8,5	86,4	144,4	176,5	30,7
1952	16,4	57,5	8,8	80,8	137,7	176,7	30,2
1953	15,6	58,6	9,2	72,8	133,8	181,3	31,8
1954	17,2	59,3	9,8	73,1	142,7	185,7	36,6
1955	18,3	61,8	10,4	76,2	157,0	204,7	40,4
1956	18,3	65,6	11,7	75,8	155,0	232,6	46,7
1957	17,8	72,3	13,0	79,1	161,1	244,0	50,8
1958	18,1	78,0	13,6	79,4	165,2	258,5	50,8
1959	18,3	80,8	13,8	78,9	164,1	262,1	49,3
1960	18,7	78,0	14,6	74,0	151,6	269,2	51,7
1961	20,2	73,5	15,0	71,0	151,4	278,8	52,3
1962	18,7	71,8	15,0	68,8	141,2	244,2	47,6
1963	15,0	73,0	15,0	63,9	127,9	230,6	42,6
1964	14,0	81,4	16,3	67,4	146,9	265,6	53,9
1965	15,4	85,3	17,0	70,7	164,4	263,4	62,5

Fonte: Banco Central da República Argentina. Sistema de Contas do Produto e Receita da Argentina. Buenos Aires, 1975.

QUADRO 4
Remunerações Médias Anuais dos Assalariados nos Ramos da Indústria Manufatureira
 (pesos constantes de 1960)

Ano	Total	Alimentos e bebidas	Tabaco	Têxteis	Confeções e calçados	Madeira e cortiça	Papel e papelão	Imprensa e editoração
1950	743,95	733,02	1.270,35	858,95	911,98	522,91	753,37	929,19
1951	694,49	705,76	1.008,64	767,46	800,17	517,12	700,42	797,80
1952	632,51	649,57	830,86	742,09	709,39	439,75	670,80	693,80
1953	665,65	677,82	802,88	761,82	756,94	456,23	698,29	725,35
1954	738,35	772,84	859,26	863,92	841,70	521,48	726,25	792,90
1955	727,68	744,64	863,23	853,84	802,12	525,66	690,76	761,21
1956	759,95	777,85	865,71	899,15	827,81	533,44	716,03	797,95
1957	759,21	783,46	996,32	850,04	788,57	545,93	676,18	893,07
1958	805,62	854,83	1.018,31	901,66	788,86	580,95	727,09	944,67
1959	597,97	647,64	837,57	623,00	584,09	396,45	619,48	682,63
1960	636,20	658,15	824,18	642,19	554,30	443,70	576,62	719,67
1961	710,09	704,37	881,23	670,38	654,37	488,25	775,35	815,50
1962	683,78	665,60	827,59	654,64	558,26	454,33	762,30	801,46
1963	688,96	690,09	864,24	609,02	515,22	409,35	806,30	772,12
1964	771,87	720,53	969,59	683,19	588,35	499,14	839,60	915,47
1965	837,92	747,75	1.047,56	744,21	636,29	569,68	954,61	949,46

(continua)

QUADRO 4 (continuação)
 Remunerações Médias Anuais dos Assalariados nos Ramos da Indústria Manufatureira
 (pesos constantes de 1960)

Ano	Couro e pele	Borracha	Produtos químicos	Derivados de petróleo	Minerais não metálicos	Metais	Maquinários e veículos	Maquinários e equip. elétricos
1950	782,33	709,65	797,21	1.228,14	674,65	728,60	754,19	735,12
1951	680,51	615,25	738,47	995,85	578,30	749,91	733,98	755,93
1952	588,77	590,00	663,31	883,80	515,21	616,13	711,90	639,75
1953	649,18	616,41	788,23	1.048,71	546,76	674,29	719,47	647,88
1954	695,06	668,86	860,79	1.198,35	603,58	739,15	756,14	724,77
1955	705,76	726,62	875,00	1.199,29	582,22	741,01	759,55	768,79
1956	751,20	798,75	944,46	1.212,99	639,55	762,81	784,11	759,06
1957	781,14	793,61	956,96	1.394,54	594,75	828,14	749,18	799,57
1958	833,91	870,30	1.055,60	1.420,92	646,47	879,48	768,12	813,61
1959	574,32	630,56	796,86	887,12	532,72	639,78	589,40	584,42
1960	626,31	743,59	897,77	1.128,65	519,36	735,66	650,94	672,38
1961	711,64	857,65	948,40	1.224,81	654,55	842,38	744,01	771,05
1962	587,43	850,67	919,37	1.448,38	639,53	751,76	759,94	756,11
1963	614,76	863,65	972,45	1.455,35	657,02	763,31	770,25	797,41
1964	706,37	1.039,89	1.026,24	1.589,97	694,22	856,19	923,33	961,20
1965	706,09	1.150,82	1.156,41	1.931,09	734,46	919,01	1.057,58	964,02

Fonte: Banco Central da República Argentina. Sistema de Contas do Produto e Receita da Argentina. Buenos Aires, 1975.

QUADRO 5
Salários-Base de Convênios por Ramos da Indústria Manufatureira
(remuneração horária em pesos, moeda nacional de 1960)

Ano	Alimentação		Tabaco		Têxteis		Confecções		Madeira		Papel e papelão	
	Peão	Oficial	Peão	Oficial	Peão	Oficial	Peão	Oficial	Peão	Oficial	Peão	Oficial
1950	28,8	31,5	32,4	38,8	28,8	31,9	29,6	45,9	30,2	36,0	32,0	39,4
1951	25,2	27,2	25,8	31,2	24,4	26,3	26,1	37,5	27,5	32,5	26,5	40,4
1952	22,5	23,9	24,7	29,2	25,9	27,6	21,8	32,5	22,6	27,0	25,2	30,5
1953	22,2	23,5	24,8	29,2	26,5	28,1	21,5	32,2	22,3	26,7	25,3	29,3
1954	25,6	26,9	27,9	32,9	29,4	31,0	24,4	34,4	26,3	31,0	28,6	33,1
1955	23,5	24,6	25,5	30,1	26,8	28,2	22,3	31,2	24,0	28,1	26,2	30,2
1956	27,6	29,0	30,2	35,2	31,1	32,7	26,5	37,1	29,9	34,4	26,5	30,6
1957	22,6	23,7	24,7	28,7	25,4	26,7	21,7	30,4	24,6	28,2	21,4	24,8
1958	25,6	26,9	27,7	33,3	29,0	30,4	23,8	33,3	26,2	30,0	23,2	26,8
1959	21,4	22,1	23,6	26,4	22,0	22,7	17,0	23,8	20,6	23,7	20,7	23,4
1960	22,0	22,6	24,2	26,9	18,9	19,5	17,4	24,2	22,4	25,1	20,9	23,5
1961	22,8	23,7	25,0	27,7	22,9	23,7	18,4	25,2	24,2	27,4	22,9	26,7
1962	21,7	23,3	23,1	25,7	22,5	23,3	19,7	27,1	22,9	25,5	23,8	26,7
1963	21,7	24,4	22,8	25,3	21,3	22,0	19,2	24,8	22,3	25,2	24,2	26,9
1964	22,5	23,6	23,8	26,4	22,8	23,6	20,9	27,0	23,5	26,7	25,8	28,5
1965	23,1	24,4	23,2	26,3	24,2	25,0	22,2	28,4	25,1	28,5	27,3	30,3
1966	23,4	24,7	24,0	27,3	25,9	26,8	23,2	29,0	25,7	29,1	28,1	31,1
1967	23,8	25,3	24,7	28,1	25,3	26,1	23,4	29,2	25,3	28,6	28,0	31,0
1968	21,3	22,5	21,8	24,7	22,8	23,6	20,1	25,2	22,8	25,8	25,0	27,7
1969	21,8	23,0	22,3	25,2	23,3	24,1	20,6	25,7	23,3	26,3	25,5	28,2

(continua)

QUADRO 5 (continuação)
Salários-Base de Convênios por Ramos da Indústria Manufatureira
(remuneração horária em pesos, moeda nacional de 1960)

Ano	Imprensa e editoração		Couro e pele		Borracha		Prod. químicos		Metais		Máquinas e veículos	
	Peão	Oficial	Peão	Oficial	Peão	Oficial	Peão	Oficial	Peão	Oficial	Peão	Oficial
1950	27,2	46,5	30,2	38,9	33,1	37,2	33,7	42,7	30,2	40,5	26,0	42,5
1951	20,2	34,6	23,4	29,7	24,1	27,1	25,8	32,4	26,6	36,1	23,5	36,3
1952	19,2	31,5	21,6	28,8	22,8	26,2	24,5	30,7	22,6	31,6	22,1	35,4
1953	19,3	31,5	21,6	29,0	22,9	26,5	25,3	31,8	22,6	31,3	22,2	35,8
1954	24,6	35,6	25,0	32,1	26,8	30,2	28,3	34,5	26,3	31,1	25,8	38,4
1955	23,0	32,6	23,0	29,3	24,7	27,6	25,8	31,6	24,2	31,1	23,7	34,8
1956	29,1	42,3	29,4	34,9	28,4	32,7	31,0	38,4	29,0	37,0	28,7	42,0
1957	23,9	34,8	24,2	28,6	23,2	26,7	25,4	31,5	23,6	30,3	23,6	34,5
1958	26,9	39,6	25,8	39,1	26,1	29,9	27,6	34,5	27,1	34,2	25,6	36,7
1959	23,2	31,5	24,1	26,6	21,2	23,5	14,5	17,9	23,7	27,5	22,3	28,5
1960	23,3	30,5	25,4	27,4	22,0	24,2	25,6	29,2	23,6	28,0	23,7	29,7
1961	25,1	32,5	27,0	28,7	23,5	25,6	27,8	31,3	24,9	30,8	25,4	32,6
1962	23,4	30,0	25,4	26,9	22,5	25,1	26,8	29,6	22,8	28,6	24,6	31,5
1963	21,5	27,5	23,9	25,3	22,7	25,3	27,0	29,3	23,5	29,2	24,1	31,2
1964	22,0	27,9	25,1	26,6	23,2	25,6	29,4	32,3	26,6	32,5	26,6	34,6
1965	23,0	29,3	25,4	27,1	23,7	26,3	32,0	36,4	27,4	33,5	27,7	36,1
1966	22,1	28,2	26,3	28,1	24,2	26,9	35,4	40,3	27,2	33,2	28,7	37,2
1967	23,9	30,6	27,4	29,4	24,5	27,2	34,5	39,3	26,7	32,7	30,9	39,9
1968	20,6	26,3	24,2	25,9	21,8	24,3	31,2	35,5	24,2	29,6	28,1	36,3
1969	21,1	26,9	24,7	26,4	22,3	24,8	31,7	36,1	24,7	30,1	28,6	36,9

Fonte: Ministério do Trabalho. Boletins de Estatísticas Sociais.
D.N.D.E.C., Custo do nível de vida na Capital Federal.

Em fevereiro de 1956, dentro dos lineamentos fixados no Plano de Restabelecimento Econômico, elaborado pelo Dr. Raul Prebisch, prorrogam-se os convênios coletivos vigentes e outorga-se um aumento de emergência com relação aos salários do mês de janeiro. Fixa-se também um salário mínimo e se estabelece que futuros aumentos deverão estar ligados a incrementos similares na produtividade. No decorrer do ano, renegociações salariais se traduzem em aumentos de 35 a 40%. Em 1957, procura-se seguir uma política de contenção salarial para cujos efeitos se decreta um congelamento geral, que terá vigência durante um ano e levará à deterioração dos salários de convênio medidos em valores constantes. Em 1958, ao assumir a presidência, o Dr. Arturo Frondizi, em cumprimento à sua plataforma eleitoral, concede um aumento salarial maciço de 60% sobre os salários-base de fevereiro de 1956. Indica-se que se procura recuperar com isto os níveis de salário real perdidos ao longo do processo inflacionário. Em fins de 1958, pressionado por uma difícil conjuntura econômica e por uma séria crise no balanço de pagamentos, o governo acorda com o Fundo Monetário Internacional a execução de um plano de estabilização econômica. Em 1959, 1960, 1961 e 1963 renegociam-se acordos de *stand-by*, salvo em uma ocasião (abril de 1962) em que a missão do FMI declara que a Argentina rompeu o acordo, todo o período 1959-1963 pode ser caracterizado como de vigência de políticas ortodoxas de estabilização. Uma primeira e imediata conseqüência de tais políticas é a queda nos níveis de ocupação e de atividade econômica, que se produz em 1959. Como parte do programa suspendem-se as cláusulas de custo de vida nos convênios salariais e adota-se uma atitude de extrema dureza na repressão dos conflitos trabalhistas que alcançam em 1959 o ponto máximo de toda a história do movimento operário argentino, tanto no que diz respeito ao número de trabalhadores afetados, como ao número de jornadas de trabalho perdidas. Apesar das políticas de corte ortodoxo aplicadas para controlar a demanda e os salários,

a taxa de inflação alcança o pico da década⁽¹³⁾, devido a pressões estruturais; cai o salário real e o nível de ocupação na indústria também se reduz. Durante os anos de 1960 e 1961 produz-se uma recuperação no nível de atividade econômica, originada principalmente pelo ingresso de capitais estrangeiros sob a forma de inversões diretas localizadas no setor petrolífero e em outros setores produtores de bens substitutivos de importações. Tratam-se de atividades com alta intensidade de capital e baixo conteúdo de trabalho. Por esta razão, embora cresçam os salários reais, o emprego não se expande. Assim que o fluxo de capitais cessa e já em fins de 1961 assomam os indícios de uma nova recessão, que se manifesta plenamente no decorrer do ano de 1962, com uma queda de 1,6% do PIB e de 5,5% do produto industrial e em 1963 com quedas de 2,4% e 4,1% do PIB e do produto industrial, respectivamente. A nova crise do balanço de pagamentos com uma importante queda nas reservas internacionais acrescida da vigência das políticas estabilizadoras acordadas com o FMI podem explicar, em grande parte, esta recessão. A queda dos empregos e dos salários reais que se produz em 1962 deteriora as relações trabalhistas e aumenta o número de casos de greve. Em março de 1962, cai o governo de Frondizi e, em abril do mesmo ano, o movimento operário inicia um plano de luta que haverá de constituir uma das causas mais importantes da instabilidade e posterior queda do governo constitucional que o Dr. Arturo Illia assume em outubro de 1963. Durante os anos de 1964 e 1965, produz-se uma recuperação da atividade econômica devido ao aumento do consumo privado originado pelo aumento dos salários reais e financiamento bancário do déficit fiscal. Apesar disso, não cessa a agitação sin-

(13) Durante esse ano, o aumento dos preços ao consumidor foi de 113,2% e o dos preços atacadistas de 133,3%.

dical, orientada por motivações políticas⁽¹⁴⁾, agitação que não assume o caráter tradicional da greve, se não o mais singular de ocupação operária das fábricas. Em um ambiente pródigo de prenúncios de um iminente golpe militar é levada a efeito a última ação sindical: a grande greve geral que em 7 de junho de 1965 paralisa o país. Poucos dias depois, em 28 de junho, as forças militares depõem o presidente Illia.

5. A evidência empírica

A análise empírica realizou-se para cada ramo da indústria manufatureira e para o setor agregado. Uma vez que os dados de greves a nível de ramo industrial somente aparecem registrados a partir de 1957, o estudo teve que se limitar ao período 1957–1965. Como indicador da atividade grevista, tomou-se a proporção de jornadas potenciais de trabalho perdidas por greves ou paralisações. Este indicador:

$$JP = \frac{\text{total jornadas perdidas}}{\text{total jornadas potenciais}}$$

$$JP = \frac{\text{n}^\circ \text{ casos} \times \text{duração cada caso} \times \text{n}^\circ \text{ pessoas por caso}}{\text{n}^\circ \text{ trabalhadores ocupados} \times \text{n}^\circ \text{ jornadas trabalhistas}}$$

resume as duas características da atividade grevista: a frequência dos casos de conflito (nº. de casos) e a intensidade de cada caso, medida pela duração do mesmo e pela proporção de trabalhadores que participam do conflito. Como total de jornadas de trabalho potenciais foram computadas 242 por trabalhador e por ano, cifra estimada pelo Ministério do Trabalho a partir da consideração de 52 semanas de 44 horas que implicariam 286 jornadas de 8 horas às quais se deduzem 44 dias que, em média, não seriam trabalhados no decorrer do ano pelos seguintes motivos: 4 dias por acidente, 12 por férias remuneradas, 12 por doença, 6 por falta, 7 por feriados remunerados e 3 por luto, ca-

samento, nascimento de filhos etc.⁽¹⁵⁾ Posto que a informação estatística disponível somente compila dados referentes aos casos ocorridos na cidade de Buenos Aires, duas estimativas de JP foram realizadas. A primeira foi obtida relacionando-se o total de jornadas perdidas com o total de jornadas potenciais dos trabalhadores ocupados em todo o país. Neste caso, os valores calculados que aparecem no Quadro nº 6 estariam subestimando as verdadeiras relações, se bem que se tenha entendido que tal subestimação não devia resultar de excessiva relevância pelas seguintes razões:

- 1) a forma pela qual a Divisão de Estatísticas do Ministério do Trabalho realiza a pesquisa torna possível que entre os trabalhadores implicados em cada caso apareçam incluídos trabalhadores que desenvolvem suas tarefas fora do âmbito da Capital Federal.
- 2) os maiores e mais significativos casos do período, quanto à duração e número de trabalhadores envolvidos, ocorreram na Capital Federal.⁽¹⁶⁾

Um cálculo alternativo dos valores de JP foi realizado com base em uma estimativa do número de trabalhadores ocupados na Capital Federal. Para tanto, aplicou-se a percentagem de trabalhadores ocupados na Capital Federal, que resultava das cifras do Censo Nacional Econômico de 1964, às séries de pessoal ocupado remunerado publicadas pelo Banco Central.⁽¹⁷⁾ Pelas razões já assinaladas, julgou-se que os valores de JP que resultavam deste cálculo, indicados no Quadro nº. 7, superestimavam as verdadeiras relações. Não obstante, pode-se comprovar que as estimativas não se apresentavam viesadas, porquanto a ordenação dos setores de acordo com a atividade grevista mostrava ser a mesma para as duas séries de valores de

(14) Arturo Illia foi eleito com a proscricção do Partido Peronista, cujos simpatizantes votaram em branco. O programa do plano de lutas, junto a reivindicações trabalhistas, inclui demandas de caráter estritamente político: eleições livres, suspensão de proscricções e derrogação da legislação repressiva.

(15) Cf. Ministério do Trabalho, (1961).

(16) As exceções mais importantes, que foram as greves com alcances nacionais dos bancários em 1959 e dos ferroviários em 1961, não correspondem ao setor industrial que aqui estudamos.

(17) Cf. Banco Central da República Argentina.

QUADRO 6
 Incidência das Jornadas Perdidas com Relação ao Total de Jornadas Trabalhadas de Todo o País
 (em %)

Setor	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965
1. GREVES									
Alimentos e bebidas	0,05	0,10	0,24	0,57	0,01	—	0,01	0,03	0,01
Tabaco	2,63	0,70	—	—	—	—	—	—	—
Têxteis	0,18	0,49	8,13	0,25	—	—	—	—	—
Confecções e calçados	6,43	0,03	—	3,56	—	*	—	—	0,84
Madeira	—	9,86	—	—	—	—	—	—	—
Papel e papelão	—	0,18	—	—	—	0,08	1,04	0,11	—
Imprensa e editoração	0,08	0,10	0,01	—	0,25	—	—	—	0,01
Couro e pele	—	0,67	—	—	0,14	—	—	—	—
Borracha	1,28	0,02	0,19	—	—	—	—	—	—
Prod. químicos	0,06	0,93	0,35	—	1,80	—	—	0,13	0,04
Metais	0,05	0,14	6,14	*	—	*	*	0,01	—
Material de transporte	0,22	0,01	0,27	—	—	—	—	—	0,01
Total ind. manufatureira	0,51	0,59	1,81	0,34	0,10	*	0,02	0,02	0,05
2. PARALISAÇÕES									
Total ind. manufatureira	0,05	0,02	0,10	0,03	0,03	*	*	0,04	0,04

Obs.: (*) Indica que o valor correspondente não alcança o menor dos dígitos considerados.

Fonte: Ministério do Trabalho. *Conflitos de Trabalho*. Buenos Aires, 1961, 1965, 1966, 1967.
 B.C.R.A., *Sistema de Contas do Produto e Receita da Argentina*, Buenos Aires, 1975.

QUADRO 7
Incidência das Jornadas Perdidas com Relação ao Total de Jornadas Trabalhadas da Capital Federal
(em %)

Setor	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965
1 GREVES									
Alimentos e bebidas	0,29	0,66	1,52	3,59	0,09	—	0,09	0,18	0,09
Tabaco	4,98	1,32	—	—	—	—	—	—	—
Têxteis	0,59	1,57	25,99	0,79	—	—	—	—	—
Confecções e calçados	10,77	0,05	—	5,96	—	*	—	—	1,41
Madeira	—	43,55	—	—	—	—	—	—	—
Papel e papelão	—	0,56	—	—	—	0,24	3,14	0,33	—
Imprensa e editoração	0,12	0,15	0,01	—	0,40	—	—	—	0,02
Couro e pele	—	2,01	—	—	0,43	—	—	—	—
Borracha	6,68	0,13	0,99	—	—	—	—	—	—
Prod. químicos	0,21	3,08	1,15	—	5,97	—	—	0,45	0,15
Metais	0,17	0,49	21,78	0,01	—	*	0,01	0,04	—
Material de transporte	1,34	0,07	1,64	—	—	—	—	—	0,05
Total ind. manufatureira	1,92	2,23	6,78	1,32	0,37	0,01	0,08	0,06	0,18
2. PARALISAÇÕES									
Total ind. manufatureira	0,19	0,09	0,37	0,10	0,10	0,01	0,01	0,16	0,16

Obs.: (*) Indica que o valor correspondente não alcança o menor dos dígitos considerados.

Fonte: Idem ao Quadro 6.

JP. Por outro lado, foram estimadas as taxas de variação anual dos salários de convênio para as categorias oficial (w_o) e peão (w_p) e das remunerações médias anuais (w_m), todos medidos em valores constantes. A remuneração média anual do assalariado é a média por pessoa ocupada de todas as remunerações percebidas durante o ano por pessoal ocupado em um setor, remunerações que poderiam ter sido concedidas por convênio ou fora deste. Portanto, em w_m estão incluídos os chamados fatores de deslize (*wage drift*).

Com o propósito de examinar a hipótese proposta, realizou-se uma correlação por categorias entre JP e $\Delta w_m/w_m$, $\Delta w_o/w_o$ e $\Delta w_p/w_p$, esperando encontrar uma relação positiva significativa entre cada par de indicadores. As categorias atribuídas às variáveis foram crescentes com relação aos valores de JP e $\Delta w/w$. Portanto, a correlação deveria indicar que à maior atividade grevista corresponde uma maior taxa de aumento salarial, ou uma menor taxa de diminuição naqueles anos em que se produziu uma queda do salário real. A análise realizada foi cronológica para cada ramo industrial e para o total da indústria manufatureira e de seção transversal para cada ano.

5.1 ANÁLISE TEMPORAL

Os resultados das correlações cronológicas, que aparecem no Quadro nº 8, não indicam, em geral, um comportamento do tipo esperado. Tal como pode ser observado, unicamente para o setor "Imprensa e Publicações" se encontra uma relação significativa e definida, para $\Delta w_m/w_m$ e $\Delta w_o/w_o$, no sentido esperado. Com efeito, este é o único setor que para as três variáveis consideradas R_s tem sinal positivo. Em quase todos os casos restantes R_s tem sinal negativo. E isto é também válido para a indústria manufatureira. Em alguns casos, encontra-se uma relação definida e significativa ("material de transporte" para $\Delta w_m/w_m$, "confecções e calçados" para $\Delta w_o/w_o$) entre JP e $\Delta w/w$, que indica que a atividade grevista foi maior naqueles anos em que $\Delta w/w$ foi menor. Nos casos restantes, que constituem a maioria, o

R_s negativo não alcança o nível de significação requerido. Sem dúvida, a partir da consideração de todos eles pode-se inferir a existência de uma relação inversa, ainda que débil, entre a atividade grevista e a taxa de variação dos salários; ou seja, maior atividade grevista a menor taxa de aumento em w . Isto poderia parecer razoável e indicar efetivamente a existência de uma utilização da greve como instrumento de política salarial. Porém, por outro lado, não se estaria cumprindo a suposição proposta anteriormente de que deveria tratar-se de um instrumento vitorioso, já que nos casos assinalados, parece óbvio que as greves não conseguiram aumentos do salário real. Por outro lado, observa-se um comportamento bastante divergente entre os anos 1958 e 1959, que são anos cruciais pelo número e intensidade dos conflitos que se produzem. Com efeito, no ano de 1958 a atividade grevista esteve distribuída entre todos os ramos da indústria manufatureira, com especial intensidade no setor "Madeira". Este mesmo ano de 1958 foi um ano de aumento do salário real em todos os setores (ver Quadros nº 4 e nº 5). Sem dúvida, a hipótese de que esses resultados se originaram de um emprego vitorioso da greve como instrumento de pressão para conquistas salariais parece um tanto duvidosa à luz do ocorrido em 1959. Neste ano produz-se a queda do salário real mais acentuada de toda a série. As cifras globais indicam, por seu lado, o maior índice de atividade grevista de todos os anos considerados. Sem dúvida, se se analisam os dados desagregados de conflitos trabalhistas, pode-se verificar que os mesmos se concentraram particularmente nos ramos "Têxteis" e "Metais" sem que o comportamento dos salários nos mesmos apareça como sendo diferente daquele dos demais ramos. Se se excluem os ramos mencionados, observa-se que em muitos setores a atividade grevista foi nula e que nos restantes não passou de níveis que podem ser considerados normais, no sentido de não exceder os valores médios de outros anos. Estas considerações, assim como a observação dos dados correspondentes aos demais anos, delinea dúvidas com relação ao

QUADRO 8
RESULTADOS DE REGRESSÕES POR CATEGORIAS

	$JP - \Delta w_m / w_m$		$JP - \Delta w_o / w_o$		$JP - \Delta w_p / w_p$	
	R_s (1)	p (2)	R_s (1)	p (2)	R_s (1)	p (2)
1. ANÁLISE TEMPORAL						
Alimentos e bebidas	-0,333	0,215	-0,428	0,149	-0,262	0,271
Têxteis	-0,200	0,458	-0,200	0,458	-0,200	0,458
Confecções e calçados	0,200	0,392	-0,900	0,042	-0,700	0,117
Papel e papelão	0,800	0,167	0,400	0,375	-0,200	0,458
Imprensa e editoração	0,900	0,042	0,800	0,067	0,600	0,175
Prod. químicos	-0,086	0,460	-0,371	0,249	-0,257	0,329
Metais	-0,107	0,420	-0,143	0,391	-0,071	0,453
Material de transporte	-1,000	0,042	-0,800	0,167	-0,600	0,208
Total: Ind. manufatureira (greves)	-0,317	0,206	-0,117	0,389	-0,167	0,339
Total: Ind. manufatureira (paralisações)	-0,033	0,474	-0,350	0,181	-0,300	0,220
2. ANÁLISE DE SEÇÃO TRANSVERSAL						
1957	-0,250	0,262	-0,133	0,372	0,050	0,457
1958 (3)	0,238	(4)	-0,070	(5)	-0,357	(6)
1959	-0,071	0,453	-0,393	0,198	-0,143	0,391
1960	-1,000	0,042	-0,200	0,458	-0,200	0,458
1961	-0,400	0,375	1,000	0,042	1,000	0,042
1964	-0,400	0,375	-0,200	0,458	0,200	0,458
1965	-0,100	0,475	-0,100	0,475	0,600	0,175

- Obs.: (1) Coeficiente de correlação de Spearman.
 (2) Probabilidade de que para certo N e certo valor calculado de Σd^2 menor ou igual ao valor médio, tal valor não seja excedido por casualidade. Para valores de Σd^2 maiores ou iguais à média, p indica a probabilidade de que tal valor seja igualado ou excedido.
 (3) Devido ao fato de que no ano de 1958 o número de observações excedia o máximo incluído em tabelas, não foi possível estimar a probabilidade exata. Por esta razão, foram calculados valores de t para determinar a significância de R_s .
 (4) $t = 0,775$; $CL = 10$
 (5) $t = -0,222$; $CL = 10$
 (6) $t = -1,208$; $CL = 10$

fato de que a questão salarial tenha sido realmente a verdadeira causa das greves ocorridas no período.

5.2 ANÁLISE DE SEÇÃO TRANSVERSAL

A análise da seção transversal, realizada para cada ano no qual o número de setores em que se localizou a atividade grevista, permitiu o cálculo das correlações por categorias, produzindo os resultados que aparecem no Quadro nº 8.

Tais resultados, cujo nível de significação é muito baixo na maioria dos casos, parecem indicar novamente um comportamento grevista oposto ao esperado. O que significa dizer que nos setores onde a atividade grevista foi maior haveria certa tendência a que o aumento percentual do salário real fosse menor. Uma notável exceção a este esquema parece ser o ocorrido no ano de 1961 com w_o e w_p , já que se observa uma relação perfeita, com $R_s = 1$, entre JP e as variáveis indicadas. Porém, este resultado limitado deve ser interpretado com reservas. Com efeito, durante este ano, as greves se localizaram em somente quatro dos ramos industriais que, portanto, foram as únicas computadas para a correlação. Em cinco dos oito ramos restantes que não sofreram greves, w_o foi aumentado a uma taxa maior que a correspondente ao ramo onde houve maior intensidade de greves. Quanto a w_p sucedeu o mesmo para dois dos oito ramos, porém esta cifra sobe a sete se se compara a taxa de aumento com aquela operada no ramo de maior quantidade de greves. Assim, parece que tampouco para o ano de 1961 a evidência mostre-se demasiado concludente em favor da hipótese do uso vitorioso da greve como instrumento da política salarial dos sindicatos.

Uma comprovação adicional, não totalmente coincidente com a anterior, com respeito aos efeitos da atividade grevista sobre a evolução das taxas salariais, realizou-se utilizando o test "U" de Mann-Whitney.⁽¹⁸⁾ A análise foi realizada a partir de dois pontos

de vista alternativos. Em primeiro lugar, foi realizada uma classificação dos ramos industriais nos quais haviam ocorrido greves, em dois grupos. O primeiro, considerado como grupo de alta propensão à greve (A), incluía aqueles ramos que haviam tido uma proporção de jornadas potenciais perdidas no ano superior a 0,50%. Tal percentagem foi obtida tendo-se em conta que era a média de jornadas potenciais perdidas nos anos de 1957 e 1958, de alta atividade grevista. O segundo grupo, de baixa propensão à greve (B), incluía aqueles ramos onde tal percentagem não era alcançada. A hipótese nula H_o indicaria que A e B têm igual distribuição. A hipótese alternativa H_1 que contrasta com H_o , é uma hipótese direcional que assinala A como estocasticamente maior que B para as variáveis $\Delta w_m/w_m$, $\Delta w_o/w_o$ e $\Delta w_p/w_p$.

Os resultados obtidos figuram no Quadro nº 9, primeira parte. De maneira coincidente com os já analisados, também estes resultados aparecem como bastante inconcludentes. Se se estabelece $\alpha = 0,05$, somente seria significativo o U estimado para 1958 para a variável $\Delta w_p/w_p$. Se $\alpha = 0,10$ pode-se incluir também o U de 1957 para a variável $\Delta w_o/w_o$. Porém, em ambos os casos, a hipótese H_1 que se estaria aceitando opera na direção oposta à pretendida, pois assinala B como estocasticamente maior que A, o que implicaria que os aumentos salariais foram maiores naqueles ramos onde a propensão à greve foi mais baixa. Nos demais casos, deve-se aceitar a hipótese nula H_o , que postula que A e B não procedem de populações diferenciadas.

Em vista dos resultados anteriores, os setores foram reclassificados em dois grupos, segundo tivessem sofrido greves (H) ou não (NH). Novamente tratou-se de contrastar H_o com H_1 , que estabelecera que H fosse estocasticamente maior que NH para $\Delta w_m/w_m$, $\Delta w_o/w_o$ e $\Delta w_p/w_p$, com os resultados que se detalham no Quadro nº 9, segunda parte.

Tampouco para essa nova classificação dos ramos industriais, os resultados apontam para uma conclusão definitiva. Para a maio-

(18) Cf. Siegel, S., (1956).

QUADRO 9
RESULTADOS DO TEST U DE MANN-WHITNEY

Primeira Parte:

Ano ⁽¹⁾	$\Delta w_m/w_m$		$\Delta w_o/w_o$		$\Delta w_p/w_p$	
	U	$p^{(2)}$	U	$p^{(2)}$	U	$p^{(2)}$
1957	9	0,548	3 ⁽³⁾	0,083	4 ⁽³⁾	0,131
1958	13	0,341	11 ⁽³⁾	0,230	5 ⁽³⁾	0,036
1959	2 ⁽³⁾	0,190	5	0,571	4	0,429
1965	2	0,600	1 ⁽³⁾	0,400	1	0,400

- Obs.: (1) Para os anos 1960, 1961, 1962, 1963 e 1964 o reduzido número de observações não permitiu a realização do cálculo de U .
 (2) Probabilidade exata associada à ocorrência sob H_0 de um U tão extremo como o valor de U observado. Cf. Mann, H.B. e Whitney, D.R., On a test of whether one of two random variables is stochastically larger than the other *Ann. Math. Statist.* Vol. XVIII, 1947.
 (3) As estimativas de U indicam que para a variável indicada, B é estocasticamente maior que A .

Segunda Parte:

Ano ⁽¹⁾	$\Delta w_m/w_m$		$\Delta w_o/w_o$		$\Delta w_p/w_p$	
	U	P	U	P	U	P
1957	12 ⁽²⁾	*	12 ⁽²⁾	*	9	*
1959	17	0,500	11	0,172	14	0,319
1960	12 ⁽²⁾	0,285	3 ⁽²⁾	0,014	0 ⁽²⁾	0,002
1961	9 ⁽²⁾	0,141	10 ⁽²⁾	0,184	15 ⁽²⁾	0,467
1962	9 ⁽²⁾	*	7	*	9	*
1963	6,5	*	1	(3)	3	(4)
1964	3 ⁽²⁾	0,014	12,5	0,285	9	0,141
1965	17	0,500	17	0,500	12	0,216

- Obs.: (1) Para o ano de 1958 não se pode calcular U , já que neste ano ocorreram greves em todos os ramos industriais.
 (2) As estimativas de U indicam que para a variável indicada NH é estocasticamente maior que H .
 (3) O valor de U observado é significativo ao nível de 1%.
 (4) O valor de U observado é significativo ao nível de 5%.
 (*) Indica que os valores de U observados não são significativos ao nível de 5%.

ria dos anos incluídos não foi alcançado o nível de significação requerido. No ano de 1963 e para $\Delta w_o/w_o$ e $\Delta w_p/w_p$ a relação demonstra-se significativa no sentido esperado, ou seja, H aparece como estocasticamente maior que NH . Aceita-se H_1 e recusa-se H_0 . Também no ano de 1960 e para as mesmas

variáveis, e no ano de 1964 para $\Delta w_m/w_m$, recusa-se H_0 , porém H_1 significativa estaria indicando que NH é estocasticamente maior que H . Portanto, e com as exceções indicadas, aceita-se a hipótese nula que postula que, com relação às variações salariais, não se pode sustentar que os distintos ramos in-

dustriais integrem dois grupos populacionais diferenciados segundo houvessem ou não tido greves.

6. Conclusões

Os resultados anteriores refutam a hipótese proposta com relação ao uso da greve como instrumento da política salarial dos sindicatos.

Portanto, existe uma séria contradição entre tais resultados e as supostas causas das greves que figuram no Quadro nº 2. A este respeito podem ser formuladas duas hipóteses alternativas: a) que as reais causas subjacentes do conflito hajam diferido da simples demanda por melhores salários ou, b) que os sindicatos não tenham tido poder suficiente para impor suas reivindicações, nem no curso da negociação nem posteriormente à ocorrência da greve. Parece pouco provável supor que o sindicalismo tenha insistido de forma reiterada no uso de um instrumento que possuía resultado pouco positivo, salvo se o mesmo fosse vitorioso em outro campo não explicitado. Tampouco parece provável que se chegue à greve, manifestação extrema do processo de negociação, se se supõe que não se terá poder para impor por meio da mesma o seu próprio ponto de vista ao empregador. Em caso contrário, o único resultado visível do movimento de força seria impor o custo do desacordo aos assalariados. Para se obter uma compreensão mais ampla e cabal destes fatos aparentemente contraditórios, a análise deverá ser feita sob uma perspectiva mais ampla, que abarque todos os aspectos do mercado de trabalho e todas as manifestações do poder sindical. Esta análise foi realizada em um trabalho já mencionado⁽¹⁹⁾, no qual, para

explicar fatos também aparentemente contraditórios, postulou-se a hipótese de que, no período 1950-1965, as organizações gremiais substituíram objetivos estritamente trabalhistas por objetivos de cunho político, conquanto, em matéria salarial, limitaram-se a manter em vigor certas metas mínimas para satisfazer as aspirações dos afiliados e assegurar sua adesão às organizações.

Em tal sentido, parece coerente supor que a greve tenha sido utilizada como instrumento para a obtenção de determinados objetivos políticos. Ao se aceitar este ponto de vista, pode-se compreender o porquê da proliferação dos conflitos no período 1957-1959 e sua diminuição a partir de 1960. A partir deste ano e de posse de objetivos não precisamente trabalhistas, iniciou-se a instrumentação de novas modalidades de luta que pretendem transformar o movimento operário em um "fator de poder" abandonando-se a greve por considerá-la uma "arma um pouco gasta e contra a qual o capitalismo e o próprio governo teriam métodos modernos para enfrentar a eficácia primária da mesma"⁽²⁰⁾ Esta manifestação dos dirigentes da Confederação Geral do Trabalho resulta, em última instância, em um reconhecimento implícito do fato de que a greve tenha sido utilizada com alcances bastante mais amplos do que os correspondentes a um mero instrumento de política salarial, porém se neste campo não se pode dizer que tenha obtido algum resultado positivo, as palavras transcritas parecem propor sérias dúvidas quanto ao êxito do papel alternativo que aparentemente se lhe quis dar.

Universidade de Buenos Aires
CONICET

(19) Cf. Montuschi, L., (1979).

(20) Cf. C.G.T., (1964).

Referências Bibliográficas

- BANCO CENTRAL DE LA REPUBLICA ARGENTINA, (1975), *Sistema de cuentas del producto e ingreso de la Argentina*, Vol. II, Buenos Aires.
- CARTTER, A.M. y MARSHALL, F.R., (1967), *Labor Economics: Wages Employment and Trade Unionism*, Homewood.
- C.G.T., (1964), *Memoria y Balance 1963-1964*, Buenos Aires.
- CHAMBERLAIN, N.W., (1955), *A General Theory of Economic Process*, New York.
- DUNLOP, J.T., (1971), "La función de la huelga" en Dunlop, J.T., Chamberlain, N.W. y otros, *Las negociaciones colectivas*, Buenos Aires.
- KNOWLES, K.C.J.C., (1952), *Strikes: A Study in Industrial Conflict*, Oxford.
- MINISTERIO DE TRABAJO, (1961), *Conflictos del trabajo*, Buenos Aires.
- MONTUSCHI, L., (1979), *El poder económico de los sindicatos*, Buenos Aires.
- REYNOLDS, L.C., (1964), *Economía laboral y relaciones del trabajo*, Ciudad México.
- ROSS, A.M. y HARTMANN, P.T., (1960), *Changing Patterns of Industrial Conflict*, New York.
- SIEGEL, S., (1956), *Non Parametric Statistics for the Behavioral Sciences*, New York.